

SUSTENTABILIDADE TRANSFORMADORA, TEORIA DE PRÁTICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NA FEIRA DOS AGRICULTORES ECOLOGISTAS (FAE), PORTO ALEGRE/RS

1 INTRODUÇÃO

A emergência climática, as desigualdades socioeconômicas e a crescente degradação de ecossistemas têm pressionado governos, empresas e sociedade civil a repensarem modelos de produção e consumo. Nesse cenário, a sustentabilidade transformadora surge como um horizonte que vai além de melhorias incrementais, propondo alterações profundas em modos de vida, estruturas institucionais, relações de poder e arranjos socioeconômicos (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Em vez de apenas mitigar impactos, trata-se de reconfigurar sistemas para que se tornem ambientalmente regenerativos, socialmente justos e economicamente resilientes (DAVIDSON, 2014).

As inovações sociais, por sua vez, têm sido apontadas como catalisadoras de mudanças positivas nas sociedades, especialmente por articularem diferentes atores na resolução de necessidades sociais e ambientais (SEYFANG; SMITH, 2007). Portanto, elas podem configurar-se como importantes iniciativas alinhadas à sustentabilidade transformadora, desde que, em seu desenvolvimento, incorporem características fundamentais dessa abordagem, entre as quais se destacam desafiar estruturas vigentes e adotar processos de decisão participativos.

Conceber e sustentar inovações sociais para a sustentabilidade transformadora é inerentemente desafiador. A hegemonia de lógicas individualistas e competitivas, somada a padrões insustentáveis de produção e consumo, impõe barreiras significativas à criação e à perenidade dessas iniciativas (HARRISSON, 2012). Superar isso requer que os envolvidos possuam ou adquiram conhecimentos alinhados à sustentabilidade transformadora, traduzindo-os em práticas cotidianas nas inovações sociais. Assim, este estudo questiona: como a sustentabilidade transformadora se manifesta nas práticas de uma inovação social? O objetivo é compreender essa materialização, analisando os elementos que sustentam a continuidade de uma inovação social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O embasamento teórico deste trabalho estrutura-se em dois eixos: (i) inovação social e sustentabilidade; e (ii) a Teoria das Práticas Sociais de Schatzki, apresentados a seguir.

2.1 Inovação Social para a Sustentabilidade Transformadora

Nos debates teóricos e práticos sobre sustentabilidade, duas abordagens contrastantes destacam-se: a visão conservadora, que busca ajustes moderados dentro do *mainstream*, e a proposta transformadora, que defende mudanças estruturais profundas para enfrentar grandes desafios sociais e ambientais (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). A sustentabilidade transformadora demanda respostas que questionam a lógica dominante, promovendo justiça social, equidade econômica e respeito ambiental (ROBINSON, 2004; WAAS *et al.*, 2011).

Nesse contexto, as inovações sociais assumem papel estratégico: quando orientadas pelos pressupostos da sustentabilidade transformadora em sua concepção e desenvolvimento, têm potencial para gerar grandes mudanças e reorientar os padrões insustentáveis decorrentes da atividade humana (SEYFANG; SMITH, 2007; MULGAN *et al.*, 2007). Para que uma inovação social seja orientada à sustentabilidade transformadora, este trabalho, em consonância com Seyfang e Smith (2007) e Smith (2006), sustenta que ela deve: (i) desafiar lógicas dominantes; (ii) envolver, de forma efetiva, os atores relevantes; (iii) adotar governança participativa, com compartilhamento de poder e distribuição/reinvestimento transparente de excedentes; e (iv) integrar criteriosamente a dimensão ambiental em sua atuação.

Os estudos de inovação social apontam um viés prático e a necessidade de abordagens teóricas para compreender a formação e a difusão de soluções (MULGAN, 2012; HARRISSON, 2012). Diante disso, este estudo adota a teoria das práticas sociais como lente analítica para entendê-las, por sua capacidade de integrar conhecimentos, significados, negociação, atividades e linguagem nos fenômenos sociais (RECKWITZ, 2002).

2.2 A Teoria de Práticas Sociais de Theodore Schatzki

A abordagem de práticas – também chamada Teoria de Práticas ou Estudos Baseados em Práticas – tem ganhado destaque em campos como Sociologia, Administração, Geografia e Políticas Públicas. Ao tomar as práticas como unidades básicas de análise e ao privilegiar o cotidiano como lócus de inscrição da vida social, ela propõe uma terceira via às explicações individualistas e societistas da ordem social (RECKWITZ, 2002). Entre as vertentes, destaca-se a Teoria das Práticas Sociais de Theodore Schatzki, desenvolvida desde o fim dos anos 1980 e reconhecida como uma das propostas mais promissoras (CALDWELL, 2012).

Para Schatzki (2005, 2010), a vida social se desdobra em malhas interconectadas de práticas e arranjos materiais. Práticas são nexos de atividades (fazeres e dizeres) organizadas (SCHATZKI, 2010). Existem, por exemplo, práticas de ensino, higiene, mobilidade, cozinhar, entre outras. Essas práticas se estruturam em quatro elementos principais: (i) entendimentos práticos, que refletem o *know-how* necessário para a execução de atividades; (ii) regras explícitas; (iii) estrutura teleoafetiva, que combina objetivos, motivações e emoções; e (iv) entendimentos gerais, que incluem aspectos simbólicos e valores (SCHATZKI, 2010, 2013). É válido ressaltar que o papel central das práticas é orientar a realização de atividades, sem jamais determiná-las (SCHATZKI, 2010).

Para além disso, práticas sociais estão sempre vinculadas a arranjos materiais, conectando elementos físicos – como artefatos, organismos e espaços – às ações humanas. Esses arranjos refletem a materialidade que circunscreve e dá sentido às práticas. A análise das práticas permite compreender como elementos materiais e ações imateriais entrelaçam-se, dando forma à vida social (SCHATZKI, 2013).

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, alinhada à recomendação da Teoria das Práticas de Theodore Schatzki, que enfatiza a compreensão da vida social por meio da observação situada das práticas cotidianas (SCHATZKI, 2010, 2012).

A pesquisa foi desenvolvida no contexto da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), localizada em Porto Alegre/RS, uma iniciativa pioneira emblemática no movimento agroecológico brasileiro, com fundação em 1989. Realizada aos sábados, das 7h às 13h, a FAE reúne 44 bancas com oferta de hortaliças, legumes, frutas e itens correlatos produzidos sob princípios agroecológicos. A feira opera como um arranjo de comercialização de circuito curto, beneficiando direta e indiretamente cerca de 300 famílias de pequenos agricultores gaúchos.

O período de coleta de dados deu-se entre os anos de 2013 e 2015, por meio da utilização das seguintes técnicas: (i) observação participante (240 horas): participação ativa nas rotinas da feira, proporcionando vivência aprofundada das práticas e dos arranjos materiais que moldam o cotidiano da FAE; (ii) entrevistas semiestruturadas (29 entrevistas): realizadas com feirantes, consumidores assíduos, profissionais contratados pela associação e representantes de instituições públicas de apoio, compondo amostra heterogênea e oferecendo múltiplas perspectivas; e (iii) análise documental: revisão de atas da associação, folders, relatórios e publicações relacionadas à FAE, oferecendo panorama histórico e contextual.

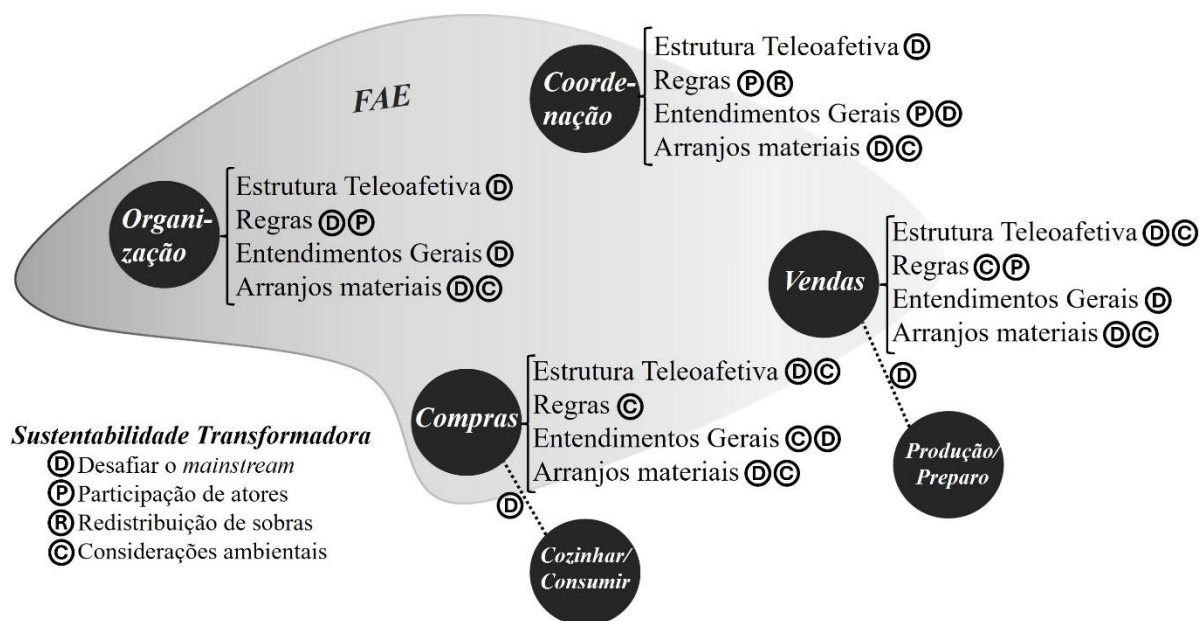
Os dados coletados foram submetidos à análise textual interpretativa (FLORES, 1994). Este método foi escolhido por sua adequação à natureza qualitativa da pesquisa e à complexidade dos dados etnográficos, permitindo uma exploração aprofundada dos

significados atribuídos pelos participantes às suas experiências na FAE. A análise focou na identificação de padrões, temas emergentes e narrativas que revelassem como os elementos das práticas sociais se entrelaçam com as características da sustentabilidade transformadora no contexto da inovação social analisada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de tornar visível como os pressupostos de sustentabilidade transformadora se manifestavam nas práticas da inovação social aqui considerada – a FAE – apresenta-se a Figura 1. O esquema mapeia as práticas centrais da feira analisada – coordenação, organização, vendas e compras (área hachurada) –, além de duas outras práticas indispensáveis para seu funcionamento: produção/preparo e cozinhar/consumir alimentos. As características de sustentabilidade transformadora estão codificadas por iniciais em círculos (legenda na parte inferior esquerda). Portanto, em cada prática, são destacados os quatro elementos de análise da organização das práticas e dos arranjos materiais e a forma como os pressupostos de sustentabilidade transformadora se manifestavam, o que possibilita avaliar, de modo abrangente, seu entrelaçamento com as malhas de práticas e com os arranjos da FAE.

Figura 1 – A sustentabilidade transformadora nas práticas da FAE



Fonte: Elaborada pelos autores.

Nos tópicos subsequentes, passa-se à análise em mais detalhes das características de sustentabilidade transformadora nas práticas e arranjos da FAE.

4.1 Desafiando o *Mainstream*: A Essência da Resistência e Proposição

A característica de “desafiar o *mainstream*” emerge como um pilar central, perpassando transversalmente todas as práticas da FAE e suas interconexões mais relevantes. Notavelmente, ela se manifestou com grande intensidade nas estruturas teleoafetivas das quatro práticas principais da feira (coordenação, organização, vendas e compras), orientando decisivamente as ações dos envolvidos, conforme proposto por Schatzki (2010). A FAE, desde sua fundação, configurou-se não apenas como um ponto de comercialização, mas como um espaço de resistência ativa ao sistema agroalimentar dominante. A narrativa compartilhada por produtores e consumidores fiéis é a de que a produção agroecológica e o consumo consciente representam

uma resposta viável para substituir o modelo tradicional, marcado pela dependência de agrotóxicos e pela cadeia de intermediadores que não valoriza o trabalho do pequeno agricultor.

Esse intuito de desafio se estendia e se materializava nas práticas de produção e consumo/cozinhar alimentos. É nestes domínios que a ideia de resistência transcendia o plano conceitual e se traduzia em ações concretas e significativas. As decisões de cultivar sem agrotóxicos, de oferecer produtos frescos e sazonais, e de preparar alimentos agroecológicos eram atos coletivos de contestação e construção de uma alternativa.

A presença do “desafiar o *mainstream*” nos entendimentos gerais das quatro práticas centrais da FAE mostrava a dimensão simbólica e valorativa dessa característica. Nas práticas de coordenação e organização, isso se traduzia na valorização da história da feira e da cooperativa Coolméia – que é um elemento histórico e organizacional importante – simbolizando um modelo autônomo e viável de produção e consumo. O resgate e a celebração dessa história reforçavam a identidade da FAE como uma iniciativa contra-hegemônica. Na prática de vendas, a consciência crítica dos produtores sobre os impactos da indústria de agrotóxicos e transgênicos na saúde humana e ambiental era uma convicção que informava sua interação com os consumidores, educando-os e reforçando o valor intrínseco de seus produtos. Na prática de compras, a percepção de que os alimentos orgânicos da FAE eram oferecidos a preços justos, tornando-os acessíveis, desafiava a lógica de mercado que frequentemente associa produtos orgânicos a um nicho de luxo. Essa acessibilidade democratizava o consumo consciente e ampliava o alcance da proposta transformadora.

A institucionalização dessa postura desafiadora era visível em regras da prática de organização da feira. A definição de critérios rigorosos para a adesão de novos feirantes, que exigia um alinhamento com a proposta de questionamento dos sistemas dominantes, exemplifica como a ideologia transformadora era convertida em mecanismos de governança. O caso da feirante de cosméticos orgânicos, por exemplo, não apenas diversificava a oferta, mas expandia o escopo do desafio ao *mainstream* para outras esferas de consumo, além da alimentar.

4.2 Participação e Governança: A Construção Coletiva da Sustentabilidade

A segunda característica de sustentabilidade transformadora – a participação efetiva dos atores relevantes – é um eixo fundamental para a vitalidade e legitimidade da FAE. Sua manifestação era evidente nas regras das práticas de coordenação e organização, e nos entendimentos gerais da prática de coordenação. A FAE não era um projeto imposto de cima para baixo, mas uma construção coletiva baseada em uma proposta de autogestão.

As regras internas da FAE enfatizavam a necessidade de participação ativa nas instâncias de governança, garantindo que as decisões refletissem uma pluralidade de vozes e interesses. Produtores, consumidores, profissionais contratados e apoiadores eram incentivados e, em muitos casos, essenciais nos processos decisórios. O exemplo mais emblemático era a reunião semanal, realizada aos sábados, às 7h, na qual os produtores participavam ativamente das discussões e definiam, por exemplo, coletivamente, faixas de preços mínimos e máximos a serem praticados. Isso fortalecia o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A primazia do coletivo sobre o individual, um entendimento geral da prática de coordenação, era a base filosófica que sustentava essa participação. A colaboração e a união em prol de objetivos comuns – como a manutenção da feira e a disseminação dos valores agroecológicos – superavam os interesses pessoais, criando um ambiente de solidariedade e interdependência. Esta governança participativa era um dos pilares que sustentava a continuidade da inovação social, gerando resiliência frente a desafios externos e internos.

4.3 Redistribuição de Sobras e a Lógica Cooperativista

A terceira característica da sustentabilidade transformadora – a redistribuição de sobras – é decisiva para explicitar a natureza não lucrativa e socialmente justa da FAE. Produtores e

alguns consumidores eram associados à Associação Agroecológica, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que direcionava recursos exclusivamente a despesas administrativas e à remuneração de pessoal contratado. Por princípio, eventuais sobras eram revertidas ao coletivo, reforçando o reinvestimento social e evitando a acumulação privada de capital.

Portanto, essa característica de sustentabilidade transformadora, presente em regras da prática de coordenação, contrapõe-se à lógica dominante de maximização do lucro. Ao vedar a distribuição de lucros entre os membros e destinar eventuais excedentes à sustentabilidade da própria feira e a fundos de apoio aos agricultores, materializava-se a equidade econômica e a primazia do bem-estar coletivo sobre o ganho individual, segundo a governança participativa.

4.4 Considerações Ambientais: Do Cultivo à Consciência do Consumidor

A quarta característica de sustentabilidade transformadora – considerações ambientais – estava profundamente integrada às práticas de vendas e compras, e se formalizava em regras específicas. Os agricultores da FAE eram motivados pela viabilidade econômica e também pela convicção de que a produção agroecológica tem um menor impacto ambiental, contribuindo para a saúde do solo, da água e da biodiversidade. Essa motivação intrínseca era um “entendimento prático” e uma “estrutura teleoafetiva” da prática de vendas que orientava suas escolhas de cultivo e manejo.

Do lado dos consumidores, a atração pelos alimentos da FAE vai além do sabor; ela é impulsionada pela ausência de agrotóxicos e pelos benefícios percebidos à saúde. Isso criava um ciclo virtuoso onde a demanda por produtos ambientalmente responsáveis estimulava a oferta, e vice-versa. A regra na prática de vendas referia-se à exigência de certificação orgânica para comercialização na feira, um mecanismo formal que garantia a autenticidade dessa característica de sustentabilidade transformadora, estabelecendo um padrão de qualidade e confiança que reforçava a proposta da FAE. Por outro lado, na prática de compras, a regra fazia referência ao uso de sacolas retornáveis – importante medida para redução do uso de plásticos.

4.5 A Materialidade da Transformação: Arranjos e Significado

Um ponto crucial que amarra todas essas características era a presença das “considerações ambientais” e do “desafiar o *mainstream*” nos arranjos materiais das quatro práticas principais da FAE. Schatzki (2010) enfatiza como as práticas se configuram em arranjos materiais, conectando elementos físicos às ações humanas. Na FAE, essas ideias de sustentabilidade se concretizavam em uma miríade de elementos tangíveis: (i) os alimentos ecológicos em si, que eram o produto final de um processo de produção consciente; (ii) os cartazes com selos de orgânicos, que serviam como prova visual da certificação e reforçavam a confiança; (iii) os aventais laranja com o logo da Associação Agroecológica, que atuavam como um uniforme, unificando a identidade dos produtores e reforçando a noção de coletividade; (iv) a sinalização na entrada da feira, que delimitava um espaço distinto e convidava à participação; (v) as sacolas retornáveis, que promoviam a redução de resíduos e educavam para um consumo mais responsável; (vi) os cartazes com frases utilizados nas oficinas da prática de organização, que disseminavam ideias e valores defendidos pelo grupo.

Os arranjos materiais da FAE eram elementos ativos que circunscreviam e davam sentido às práticas, tornando a sustentabilidade transformadora visível, tangível e parte integrante da experiência na feira. Eles funcionavam como lembretes constantes dos valores da FAE, facilitando a internalização e a reprodução das práticas alinhadas à sustentabilidade transformadora. O “acontecer” da feira estava, portanto, intrinsecamente entrelaçado a essas características de sustentabilidade, não como adereços, mas como constituintes essenciais de sua operação e significado. A FAE, através de suas práticas e arranjos, demonstrava ser um ecossistema vivo e uma inovação social, onde a transformação era um processo contínuo e profundamente enraizado no cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender a materialização da sustentabilidade transformadora nas práticas da FAE, analisando os elementos que sustentam sua continuidade. Os achados demonstraram que a FAE é um exemplo consolidado de inovação social onde a sustentabilidade transformadora se manifesta em seu cerne.

Verificou-se que o “desafio ao *mainstream*”, a “participação dos atores relevantes”, a “redistribuição de sobras” e as “considerações ambientais” são pilares que perpassam as práticas e os arranjos materiais da feira. A Teoria de Práticas Sociais de Theodore Schatzki se mostrou uma abordagem valiosa para desvendar como esses pressupostos são incorporados no *know-how*, regras, teleoafetos e entendimentos gerais dos participantes, e como arranjos materiais reforçavam essa identidade transformadora.

A FAE, portanto, não é apenas um local de comércio, mas um espaço de resistência, construção coletiva e educação para um futuro mais sustentável, validando a proposição de que inovações sociais podem ser catalisadoras de mudanças profundas quando alinhadas aos preceitos da sustentabilidade transformadora. Como limitação, o estudo é um recorte temporal e não exaustivo. Sugerem-se, para futuras pesquisas, estudos longitudinais e comparativos com outras inovações sociais para aprofundar a compreensão sobre a adaptabilidade e a replicabilidade desses modelos de transformação.

REFERÊNCIAS

- CALDWELL, R. Reclaiming agency, recovering change? An exploration of the practice theory of Theodore Schatzki. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 42, n. 3, p. 283-303, 2012.
- DAVIDSON, K. A typology to categorize the ideologies of actors in the sustainable development debate. *Sustainable Development*, v.1, n. 22, p. 1-14, 2014.
- FLORES, J. G. Aproximación interpretativa al contenido de la información textual. In: FLORES, J. G. Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa. Barcelona: PPU, 1994.
- HARRISSON, D. Social Innovation: What Is Coming Apart and What Is Being Rebuilt? In: FRANZ, H. W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (Eds.) *Challenge Social Innovation*. Berlin: Springer, p. 73-86, 2012.
- HOPWOOD, B; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.
- MULGAN, G. Social Innovation Theories: Can Theory Catch Up with Practice? In: FRANZ, H. W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (Eds.) *Challenge Social Innovation*. Berlin: Springer, p. 19-42, 2012.
- MULGAN, G. et al. *Social innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated*. Oxford: Skoll Centre for Social Innovation, 2007.
- RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: A development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.
- ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. *Ecological Economics*, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.
- SCHATZKI, T. R. A primer on practices. In: HIGGS, J.; BARNETT, R.; BILLET, S.; HUTCHINGS, M.; TREDE, F. (Eds.) *Practice-based education: Perspectives and Strategies*. Rotterdam: SensePublishers, p. 13-26, 2012.
- SCHATZKI, T. R. Peripheral vision the sites of organizations. *Organization Studies*, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.
- SCHATZKI, T. R. *Site of the social: A philosophical account of the constitution of social life and change*. Pennsylvania: Penn State Press, 2010.
- SCHATZKI, T.R. The edge of change: On the emergence, persistence, and dissolution of practices. In: SHOVE, E.; SPURLING, N. (Eds) *Sustainable practices: social theory and climate change*. London: Routledge, p. 31-46, 2013.
- SEYFANG, G.; SMITH, A. Grassroots innovations for sustainable development: towards a new research and policy agenda. *Environmental Politics*, v. 16, n. 4, p. 584-603, 2007.
- SMITH, A. Green niches in sustainable development: the case of organic food in the United Kingdom. *Environment and Planning C*, v. 24, n. 3, p. 439-458, 2006.
- WAAS et al. Sustainable development: A bird's eye view. *Sustainability*, v. 3, n. 10, p. 1637-1661, 2011.